

COMPETÊNCIA
EM INFORMAÇÃO:
ATIVO PARA
UMA SOCIEDADE
EM CONSTANTE
TRANSFORMAÇÃO
DIGITAL



INFORMATION LITERACY: ASSET FOR A SOCIETY
IN CONSTANT DIGITAL TRANSFORMATION

Tema do evento: Transformação digital e perspectivas para a área 31

Ana Paula Meneses Alves¹

apmeneses@ufmg.br



Este trabalho está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição-NãoComercial-
SemDerivações 4.0 Internacional.

Data de Submissão: 30/10/2023
Data de Aprovação: 31/10/2023

 RESUMO

O texto apresenta uma breve reflexão a respeito da Competência em Informação como um ativo para uma sociedade em constante transformação digital. Para tanto discorreremos sobre seu breve histórico, para destacar sua importância de enfoque com o tempo e a partir de sua conceituação apresentamos o viés no qual consideramos que ela pode ser tida como um ativo para a sociedade contemporânea. Para concretizar esta proposta, metodologicamente, realizamos uma pesquisa aplicada e qualitativa, a partir da sua natureza e abordagem do problema. Do ponto de vista dos objetivos, realizamos uma pesquisa exploratória e, a partir dos seus procedimentos técnicos, empreendemos uma pesquisa bibliográfica, que embasa a discussão que discorreremos a seguir. Concluímos ressaltando que ainda temos muito o que fazer relacionado as questões práticas da Colnfo, para que se efetive como um ativo, em especial estudos para vê-la como política pública no país.

Palavras-chave: Competência em Informação; Transformação digital; Acesso à informação.

 ABSTRACT

The text presents a brief reflection on Information Literacy as an asset for a society in constant digital transformation. In this way, we will discuss its brief history, to highlight its importance of focus over time and based on its conceptualization, we present the perspective in which we consider that it can be seen as an asset for contemporary society. To implement this proposal, methodologically, we carried out applied and qualitative research, based on its nature and approach to the problem. From the point of view of objectives, we carried out exploratory research and, based on its technical procedures, we undertook bibliographical research, which supports the discussion that we discuss below. We conclude by highlighting that we still have a lot to do related to the practical issues of Colnfo, so that it becomes effective as an asset, especially studies to see it as a public policy in the country.

Keywords: Information Literacy; Digital transformation; Access to information.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, na sociedade brasileira, uma grande parcela da população tem acesso à informação e internet, chegando até a 90% dos domicílios do país, conforme demonstraram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação 2021, a Pnad TIC, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE- (Nery; Brito, 2022). Segundo o IBGE, o celular, a TV e os computadores, nesta ordem, são os dispositivos que mais proporcionam acesso à internet nas casas dos brasileiros, sendo que a principal finalidade deste acesso é conversar por chamadas de voz ou vídeo (mencionada por 95,7% dos usuários), seguida pelo envio ou recebimento de mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos (com 94,9% das menções), e na sequência pela opção de assistir a vídeos (inclusive programas, séries e filmes com 89,1%) e, posteriormente, (62,0%) pelo envio e recebimento de e-mails (Amorim, 2022).

Os dados da pesquisa demonstraram uma melhora em comparação aos dados de 2019, quando 84,0% dos domicílios tinham acesso à rede (Nery; Brito, 2022). Mas, mesmo perante a este aumento, o número de brasileiros excluídos do mundo digital ainda representa 15,3% da população com 10 anos ou mais de idade, ou seja, cerca de 28,2 milhões de brasileiros não usam a internet, sendo 3,6 milhões deles estudantes (Amorim, 2022). Segundo a matéria de Daniela Amorim (2022) no jornal O Estado de S. Paulo:

Dois em cada dez [excluídos digitais] apontaram motivos financeiros para a falta de acesso à internet: 14,0% disseram que o acesso à rede era caro, e outros 6,2% declararam que o equipamento eletrônico necessário era caro. Os dois motivos mais mencionados para

a exclusão digital foram não saber usar a internet (42,2%) e falta de interesse em acessar a internet (27,7%). Entre os estudantes que não tinham internet, a maioria esmagadora frequentava a rede pública de ensino: 94,7%. Os estudantes de 10 anos ou mais que ainda eram excluídos digitais em 2021 relataram maior peso da questão financeira para o problema: 25,1% consideravam o serviço caro e 18,3% afirmaram que o equipamento necessário para o acesso era caro. As demais razões apontadas para a falta de acesso à rede foram ausência de interesse (17,5%), não saber utilizar (15,9%) e falta de disponibilidade do serviço nos locais que costumava frequentar (10,6%). (Amorim, 2022).

Na citação acima, chama nossa atenção o número de pessoas que não possuem acesso por afirmar não saber utilizar a internet: 42,2% entre a população com 10 anos ou mais e 15,9% entre os estudantes. Mesmo entre os que tem acesso à internet, a pesquisa expressa o quanto deste acesso é praticamente para a comunicação (chamadas de voz ou vídeo, envio ou recebimento de mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos e pela opção de assistir a vídeos). Não podemos deixar de nos perguntar: o quanto deste acesso reflete um uso efetivo e crítico da informação e das transformações digitais? Ao dizer uso efetivo e crítico da informação e das transformações digitais deixo subentendido o uso no qual as pessoas são capazes de compreender suas necessidades informacionais, localizar, selecionar, avaliar, recuperar, organizar, produzir e compartilhar informações; agindo para além de ser consumidoras de informação, mas como pessoas que são capazes de consumir, mas também de criar, compartilhar, renovar, aprender, ressignificar a informação em diferentes suportes e mídias para atender as suas necessidades e do contexto que as cercam.

As preocupações neste cenário se ampliam com a grande quantidade de informação disponível na rede, em face a questões que cercam sua veracidade, celeridade de produção, quantidade e dificuldade de avaliação. A necessidade de tomar decisões e/ou resolver problemas em situações que abarcam situações diversas do dia a dia das pessoas, como o trabalho, a saúde, o lazer, a microempresa, o investimento, a nova tecnologia de uma startup, o programa governamental de apoio a moradia ou salvaguarda perante um desastre natural como um ciclone tropical ou uma enchente no verão; são todas situações nas quais ter informações fundamentadas são fundamentais para decisões amparadas em evidências.

Resolver questões ou tomar decisões como as anteriores, assim como utilizar de maneira efetiva e crítica a informação e as transformações digitais, exige que as pessoas estejam dispostas a desenvolver características que as façam compreender melhor este cenário de diferentes tecnologias, acesso à rede, transformações digitais, diferentes mídias e a informação à mão. Na Ciência da Informação, denominamos estas características, inerentes a cada pessoa e que podem e devem ser mais desenvolvidas ao longo da vida, de Competências em Informação, ou seja, saber lidar com a informação dentro dos seus diferentes contextos, mídias, suportes, necessidades. E, é importante ressaltar, que excesso ou falta de informação podem caracterizar uma situação de vulnerabilidade em informação, descrita como “um estado de susceptibilidade a danos causados às pessoas por excesso de exposição à informação ou falta de acesso à informação e a tensões associadas a esse fenômeno na sociedade, devido à ausência de resiliência no que concerne ao desenvolvimento das dimensões técnica, estética, ética e política da competência em informação” (Vitorino, 2018, p. 82) e, obviamente, qualquer situação de vulnerabilidade em um contexto de transformação, não é um bom indicador a ser ponderado.

Em consulta ao documento da área 31: Comunicação e Informação, de 2019, os docentes Edson Fernando D'Almonte (Coordenador da Área), Fabio Assis Pinho (Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos) e Jonathas Luiz Carvalho Silva (Coordenador Adjunto de Programas Profissionais), destacam que:

A área de Comunicação e Informação (31), anteriormente denominada 'Ciências Sociais Aplicadas I', é constituída pelas seguintes áreas básicas: Comunicação, Ciência da Informação e Museologia, abrange programas de Pós-Graduação em Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Comunicação, Jornalismo e Museologia. Esta área diz respeito a fenômenos centrais da sociedade contemporânea e tem um importante papel junto à sociedade brasileira na produção de conhecimentos e na formação acadêmica de profissionais e pesquisadores, no sentido de propiciar uma percepção mais ampla da realidade e mobilizar práticas criativas e inovadoras. O volume de dados, informações e conhecimentos produzidos em distintos ambientes, com diferentes finalidades e usos, influem nos processos de investigação e evidenciam a importância do humano nesse contexto.

A rede, as mídias, os fluxos e os processos informacionais edificam uma nova sociedade e constituem problemáticas e objetos de estudo instigantes e inovadores. A Era Digital e as transformações tecnológicas vivenciadas induzem novos campos do saber e impõem novos temas aos pesquisadores da área, abrangendo desde as notícias falsas (fake news) até a Ciência aberta. Os novos padrões interativos, o acesso à informação, o direito ao sigilo da informação pessoal, a desinformação,

a contrainformação, dentre outros aspectos que fazem parte do cotidiano da sociedade, constituem alguns dos múltiplos desafios a serem respondidos. Considera-se que a comunicação e a informação são elementos de empoderamento do indivíduo e se abrem para as possibilidades de emancipação social. Entretanto, estes elementos, em geral, não estão acessíveis a determinadas camadas sociais, dificultando a reflexão e a crítica sobre fatos e situações vivenciadas na realidade. A inclusão digital torna-se necessária e não prescinde da competência em informação, sem a qual o cidadão comum resulta fragilizado e excluído de oportunidades, agravando a desigualdade social. Nessa perspectiva, as apreciações sobre a área evidenciam a responsabilidade acadêmico científica de seu corpo de pesquisadores e pesquisadoras no sentido de responder às novas problemáticas sociais, envolvendo de modo multi/pluri, inter e/ou transdisciplinar, áreas correlatas que contribuam para a compreensão de fenômenos sociais contemporâneos. A área de Comunicação e Informação está imbricada ao conjunto das dinâmicas da vida contemporânea em seus aspectos políticos, econômicos, culturais e de sobrevivência física, configurando-se em um desafio real para a formação de novos pesquisadores nesses campos do conhecimento. (Brasil, 2019, grifo nosso).

Ao destacar o trecho acima do documento de área, evidenciamos a relevância dada a constante transformação digital como um fenômeno central na sociedade contemporânea. Lidar com tal fenômeno é nossa obrigação, enquanto profissionais, estudiosos e pesquisadores da área, para atender “ao conjunto das dinâmicas da vida contemporânea

em seus aspectos políticos, econômicos, culturais e de sobrevivência física”. Nesse ponto, é que nos direcionamos no sentido da preparação do indivíduo para lidar com a informação, desenvolvendo competências que os preparem cada vez mais para “sobreviver informacionalmente” em uma sociedade em constante transformação digital. Direciono nosso olhar para o indivíduo e o coletivo – nossa perspectiva teórica implica nesta diáde – e no desenvolvimento da Competência em Informação (Colnfo) como resultado de um processo de ensino-aprendizagem, ou seja, de um processo de educação em informação.

Nosso objetivo, nesta comunicação, é demonstrar brevemente que a Colnfo pode ser ativo para uma sociedade em constante transformação digital. Para tanto discorreremos sobre seu breve histórico, para destacar sua importância com enfoque temporal e a partir de sua conceituação, apresentamos o viés pelo qual consideramos que ela pode ser tida como um ativo para a sociedade contemporânea. Para concretizar esta proposta, metodologicamente, realizamos uma pesquisa aplicada e qualitativa, a partir da sua natureza e abordagem do problema. Do ponto de vista dos objetivos, realizamos uma pesquisa exploratória e, a partir dos seus procedimentos técnicos, empreendemos uma pesquisa bibliográfica, que embasa a discussão que discorreremos a seguir.

2 **COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: DO OLHAR MERCADOLÓGICO DA DÉCADA DE 70 A JUSTIÇA E EQUIDADE INFORMACIONAL DA ATUALIDADE**

O termo Competência em Informação é a tradução do termo em língua inglesa *Information Literacy* e sua evolução nos Estados Unidos da América marca o desenvolvimento teórico desta área de estudo. A literatura de Ciência da Informação aborda como a primeira ocorrência do termo o uso do mesmo pelo lobista da indústria de informação

americana Paul Zurkowski em 1974. O contexto do uso do termo naquele momento visava a solução de problemas informacionais e o desenvolvimento de habilidades, por parte da população, para que a mesma utilizasse melhor os recursos informacionais disponíveis e, em especial, os que viriam a ser colocados à disposição pela própria indústria (Zurkowski, 1974; Doyle; Brisola, 2022).

No final da década de 1970 e início da década de 1980, a compreensão em torno da *Information Literacy* estava muito voltada ao uso de fontes de informação, às técnicas e métodos de estudo, às habilidades para pesquisa e à instrução bibliográfica, ou seja, a demarcação na técnica/habilidade era premente e importante no contexto americano. No decorrer dos anos de 1980, há um desenvolvimento maior voltado à responsabilidade social e educacional, com destaque para o lançamento em 1989 do relatório final do Comitê Presidencial da *Information Literacy da Association of College & Research Libraries (ACRL)*, uma divisão da *American Library Association (ALA)*, em que se declarou a importância dos indivíduos serem competentes em informação para reconhecerem quando as informações são necessárias e serem capazes de localizar, avaliar e usá-las efetivamente (Uribe-Tirado, 2013).

As décadas de 1990 e 2000 foram marcadas pelo desenvolvimento de guias, padrões, modelos de Colnfo e instrumentos de avaliação, por serem instrumentos norteadores para o desenvolvimento de ações e programas de Colnfo. Segundo Uribe-Tirado (2013), a partir de 2010, há um período de consolidação dos estudos sobre Colnfo e sua transversalidade, do desenvolvimento de políticas e de apoios governamentais. Uribe-Tirado (2013) ainda ressalta, que foi neste período que houve

uma movimentação maior sobre a importância e necessidade de novas competências para lidar com a produção, uso e compartilhamento das informações em ambientes digitais colaborativos. Há nessa mesma década, a criação do conceito de metacompetência/multiliteracias (metaliteracy) que destaca a interseccionalidade das competências necessárias aos indivíduos para a realização de diferentes tarefas, tomadas de decisão, integração e convivência social no contexto das atuais mídias de comunicação (Alves, 2018).

Depois de 2010, alguns fatos na história mundial, por sua relação com aspectos informacionais ou com o Regime de Informação¹ vigente, devem ser destacados como importantes em sua relação com a Colnfo. O primeiro deles é a eleição, em 2016 do termo “Pós-verdade” como a palavra do ano pelo Dicionário Oxford. Esta escolha demonstra como a sociedade já estava impactada pelas questões da pós-verdade, relativizando fatos e argumentos objetivos em apelos e questões de crenças pessoais. Neste mesmo ano de 2016, a eleição do presidente dos Estados Unidos, na qual o senhor Donald Trump foi eleito, em meio a uma grande rede de desinformações que influenciou as eleições também merece destaque. Em 2018, no Brasil, o papel das redes sociais nas eleições para presidente tem um impacto surpreendente no país, assim como a grande rede de mentiras que circulou em aplicativos de mensagens instantâneas com as mais absurdas histórias e, que mesmo com contextos esdrúxulos tiveram força para serem consideradas por parte considerável da sociedade. Em 2020 e 2021 temos o advento da pandemia de Covid-19 e com ela surgem a infodemia (pandemia de informações) e a desinfodemia (pandemia de desinformação). Em 2022 o fato relacionado à informação é a Guerra na Ucrânia e a

1 “[...] temos considerado que um regime de informação seria o modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância. Como um plexo de relações e agências, um regime de informação está exposto a certas possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e nele se constituem (ver GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 3, entre outros). A partir dessas premissas, podemos afirmar que “cada nova configuração de um regime de informação resulta de e condiciona diferentes modos de configuração de uma ordem sociocultural e política” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 31, grifo da autora apud GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 43).

consequente guerra de narrativas sobre o conflito entre ucranianos e russos: de um lado as narrativas do lado ocidental, de outro as narrativas russas e de outro as narrativas do sul-global. Apesar de tantas narrativas, até agora, temos a impressão de que de a única narrativa não utilizada é alguma que trate a língua da paz. Por fim, chegando em 2023, o destaque fica por conta do uso das inteligências artificiais (IA's), como o ChatGPT e da forma como as pessoas estão lidando/lidarão com elas (Alves, 2023). A partir das IA's recuperamos as constatações iniciais: se ainda há dúvida sobre como usar a internet, as pessoas estão preparadas para o uso destas ferramentas?

Consideramos que desenvolver cada vez mais a sua Colnfo ajudaria as pessoas a lidar melhor com a informação em cada uma das situações mencionadas acima, sendo capaz de fazer melhores avaliações e escolhas para compreender argumentos e narrativas, utilizar melhor as tecnologias disponíveis e não ser enganado tão facilmente. Para desenvolver a Colnfo, consideramos que o sujeito deve passar por um processo de educação em informação. Vamos compreender um pouco de nossa concepção a seguir.

3 EDUCAÇÃO EM INFORMAÇÃO GERANDO COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: ATIVO PARA UMA SOCIEDADE EM CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

A Educação em Informação é um processo de ensino-aprendizagem no qual a pessoa desenvolve competências necessárias para lidar corretamente com a informação, em diferentes mídias e formatos, de maneira ética, responsável e crítica, além de usá-la para o combate de problemas informacionais, como a desinformação.

Em nossa análise, consideramos a Colnfo como resultado deste processo de ensino-aprendizagem, na perspectiva de ensinar a utilizar e compreender a informação, ou seja, a entender a sua própria necessidade, localizar e selecionar corretamente, avaliar criticamente, recuperar, organizar, produzir e compartilhar com efetividade, gerando novos conhecimentos e novas necessidades informacionais.

O processo de desenvolvimento da Competência em Informação envolve outras competências, em especial as digitais e as comunicacionais (como observado por quem estuda infocomunicação ou competência em informação e midiática Brasil)², mas muitas outras podem estar associadas, fazendo que sob a alcunha de Competência em Informação se apresente uma metacompetência, pois ela depende e está intrinsecamente relacionada a estas outras diferentes competências (como por exemplo a competência leitora e o letramento em saúde)³.

Como um processo que impacta no indivíduo e no todo a sua volta, também está ligado a justiça social, a equidade em informação e aos direitos humanos, com foco no desenvolvimento do pensamento crítico, no aprendizado ao longo da vida, na independência, no papel cidadão e na emancipação social a partir do uso ético e responsável da informação. Para tanto, baseia-se em estudos e ações de questões teórico-práticas, voltadas a aplicação de um processo de ensino-aprendizagem que foca no sujeito ou em determinados coletivos, assentado em suas realidades, conhecimentos e representatividades; com o objetivo de mobilizar conhecimentos (saber), habilidades (técnica/fazer), atitudes (querer fazer), valores, crenças, interesses (intenção) e comportamentos (informáticos, comunicativos e informativos) para lidar, de forma adequada e eficiente, com a

2 Vide, por exemplo, o livro de Borges (2022), sobre Infocomunicação, e o site Media and Information Literacy, da Unesco (2023), sobre Competência em Informação e Midiática.

3 Confira os trabalhos de Dumont (2017) e Rodrigues (2023)

informação, em diferentes contextos e formatos, sabendo reconhecer questões éticas, legais, políticas, econômicas e sociais, bem como aquelas conectadas ao combate de questões contemporâneas, como a desinformação e as diferentes formas de epistemicídio. Neste sentido, também podemos evocá-la como um ativo que colabora na promoção do desenvolvimento humano, contribuindo para que as pessoas tenham capacidades e oportunidades de serem o que desejam ser e utilizem a informação como um fator diferencial para sua emancipação social e no enfrentamento as desigualdades (Alves, 2023).

Atualmente, temos desenvolvidos estudos associando a ColInfo com a Emancipação social, em especial com grupos em situação de vulnerabilidade; Letramento em Saúde; Letramento Religioso, Letramento Cultural em museus; Desinformação, Resiliência em Comunidades, Ética na Ciência (Plágio, Letramento em dados, Fake News e Inteligências Artificiais); Atuação profissional (Competências profissionais na saúde e Saúde Mental).

No contexto de transformações digitais vislumbramos relações da ColInfo com o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação, tanto para compreender melhor o cenário no qual iniciamos

esta breve comunicação, como preparar as pessoas para lidar com a internet e ter acesso, assim como projetamos ideias futuras, como por exemplo a preparação para o futuro da preservação de informações no DNA. Estamos prontos para isso?

Retomando o início do nosso texto, é importante lembrar que o acesso, tanto à informação, quanto às transformações digitais pode ser distintos e desiguais, resultando em relações que obviamente não são equânimes. Mas, mesmo perante a estas situações de falta de equidade, ainda temos que contar com o distinto perfil dos usuários na atualidade: pessoas que não são meramente consumidores de informação, mas consumidoras, criadoras e compartilhadoras, seja a partir de dispositivos móveis que as acompanham em todos os lugares, das diferentes transformações e inovações digitais, das diferentes mídias que as cercam, tornando-as presentes e urgentes aqui e ali, para si, e para quem está do seu lado e para o mundo todo.

Concluimos, ressaltando que ainda temos muito o que fazer relacionado as questões práticas da ColInfo, para que se efetive como um ativo, em especial estudos para vê-la como política pública no país.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Paula Meneses. **Competência em Informação**. Belo Horizonte: UFMG, 2023. Material da disciplina Tópicos Especiais em Ciência da Informação IV: Estudos Avançados em Competência em informação, ministrada no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFMG em 2023.

ALVES, Ana Paula Meneses. **Competência informacional e o uso ético da informação na produção científica**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. Disponível em: <http://www.culturaacademica.com.br/catalogo/competencia-informacional-e-o-uso-etico-da-informacao-na-producao-cientifica/>. Acesso em: 21 out. 2023.

AMORIM, Daniela. Brasil tinha 7,3 milhões de lares sem internet e 28,2 milhões de excluídos digitais em 2021. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 set. 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/brasil-exclusao-digital-2021/>. Acesso em: 02 out. 2023.

BORGES, Jussara; BRANDÃO, Gleice; BARROS, Susane Santos. **Educação para**

informação: como promover competências infocomunicacionais. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Diretoria de Avaliação (DAV). **Documento de Área**: Área 31: Comunicação e Informação. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/>

sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-sociais-aplicadas/comunicacao-e-informacao. Acesso em: 04 out. 2023

DOYLE, Andréa; BRISOLA, Anna Cristina. Dois dedos de prosa sobre competência crítica em informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/40000>. Acesso em: 03 out. 2023.

DUMONT, L. Leitura e competência informacional: interseções e interlocuções. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. [Anais...]. Marília: Enancib, 2017. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/view/569>. Acesso em: 28 set. 2023.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de Informação: construção de um conceito. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v.22, n.3, p. 43-60, set./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376>. Acesso em: 03 out. 2023.

NERY, Carmen; BRITTO, Vinícius. Internet já é acessível em 90,0% dos domicílios do país em 2021. *Agência IBGE Notícias*, [S.l.], 16 set. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34954-internet-ja-e-acessivel-em-90-0-dos-domicilios-do-pais-em-2021#:~:text=Em%202021%2C%20entre%20os%20183,a%20rede%20p%C3%BAblica%20de%20ensino>. Acesso em: 01 out. 2023.

RODRIGUES, Gisele da Silva. **Do letramento em saúde à Competência em Informação**: espaço de interlocução. 2023.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

URIBE-TIRADO, Alejandro. **Lecciones aprendidas en Programas de Alfabetización Informacional en universidades de Iberoamérica**: propuestas de buenas prácticas. 2013. 406 f. Tesis (Doctoral en Información y Comunicación) – Universidad de Granada, Granada, 2013. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/22416/1/TESIS%20COMPLETA.%20Alejandro%20Uribe%20Tirado.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

VITORINO, Elizete Vieira. A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da “vulnerabilidade em informação”. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 47 n. 2, p. 71-85, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4187/3794>. Acesso em: 10 ago. 2022.